

Novo envelhecimento

O envelhecimento e a urbanização são tendências demográficas importantes no século 21. A população urbana, que já corresponde à metade da humanidade, dobrará até 2050, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU). Por outro lado, se hoje existem cerca de 600 milhões de pessoas com mais de 60 anos, em 2050 a população nessa faixa etária será de quase 2 bilhões.

A consequência disso é que a sociedade precisará repensar o lugar dos idosos nas cidades e implantar uma nova cultura do envelhecimento. Essa é uma das principais conclusões dos especialistas que participaram, no dia 29 de março, em São Paulo, da mesa-redonda "Aspectos urbanos e habitacionais em uma sociedade que envelhece".

O evento integrou a programação do ciclo "Idosos no Brasil: Estado da Arte e Desafios", promovido pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP), pelo Grupo Mais-Hospital Premier e pela Oboré Projetos Especiais de Comunicação e Artes.

Coordenada por David Braga Jr., do Grupo Modelo de Atenção Integral à Saúde (Mais), a mesa-redonda - a terceira do ciclo - teve a participação de Alexandre Kalache, da Academia de Medicina de Nova York (Estados Unidos), e de Guita Grin Debert, professora do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

De acordo com Kalache, carioca que dirigiu por 13 anos o Programa Global de Envelhecimento e Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), os dados da ONU mostram que a população mundial crescerá cerca de 50% (para 9 bilhões) até 2050. No mesmo período, a população acima de 60 anos terá aumentado 350%, sendo que a maior parte desse aumento ocorrerá nos países em desenvolvimento, cada vez mais urbanizados.

Essa perspectiva de futuro, segundo ele, deverá ser compreendida pela sociedade, que precisará desenvolver com urgência uma "cultura do envelhecimento" - o que inclui mudanças nas cidades e no comportamento ao longo da vida.

"É importante destacar que 2050 não é uma data distante. Os idosos de quem estamos falando são as

“pessoas que hoje já são adultas, que podem ter 20 ou 40 anos. Por isso, é fundamental personalizar a mensagem”, disse à Agência FAPESP.

Com os avanços da medicina e da própria sociedade urbana, a parcela da vida que um indivíduo passa na condição de idoso será cada vez maior, apontou o especialista. Com essa tendência, já ocorre uma mudança de paradigmas em relação ao que significa envelhecer. “A ideia da vovó fazendo tricô e do vovô de pijama, lendo jornal, é um estereótipo do envelhecimento que não nos serve mais”, disse.

Segundo Kalache, quando o prussiano Otto Von Bismarck implementou pela primeira vez a aposentadoria, no século 19, a expectativa de vida na Alemanha era de 45 anos e os idosos tinham muito menos acesso à saúde. Se continuassem trabalhando, teriam produtividade baixíssima e criariam muitas dificuldades no ambiente de trabalho.

“Era plausível dar um dinheirinho para que o idoso ficasse em casa pelos poucos anos que lhe restavam. É óbvio que isso não pode dar certo nas condições atuais, muito menos nas condições que teremos até 2050. É preciso que os jovens reinventem seu planejamento de vida”, afirmou.

No modelo convencional, a primeira etapa da vida era dedicada ao aprendizado, enquanto a segunda etapa era voltada para a produção e a aplicação do aprendizado no trabalho. A etapa final seria dedicada ao descanso e ao ócio.

“Não podemos mais pensar assim. A expectativa de vida é cada vez mais longa e as pessoas serão idosas por um período cada vez maior de suas vidas. Elas terão condições de produzir até uma idade bem mais avançada. Por outro lado, a pessoa não pode mais parar de adquirir conhecimento aos 25 anos de idade, pois o aprendizado fica obsoleto cada vez mais cedo”, disse.

Se a produção e o trabalho serão uma realidade cada vez mais presente na velhice, em contrapartida a aquisição de conhecimento não poderá mais ficar confinada apenas às primeiras décadas. “É do interesse da sociedade que a pessoa mantenha o aprendizado e que produza ao longo de toda a vida. As pessoas terão oportunidades – que a sociedade vai precisar oferecer – para se reciclar, estudar e se reavaliar”, afirmou.

De acordo com Kalache, a capacidade funcional dos indivíduos será preservada, cada vez mais, para além dos 65 anos. Com isso, espera-se que a aposentadoria compulsória possa ser revista. “Isso é saudável, porque o passado idealizado do idílio do pijama e do tricô é algo que talvez nunca tenha existido. Na maior parte dos casos, sob esse estereótipo se escondia um idoso sem autonomia, sofrendo abusos e deprimido”, disse.

O envelhecimento e a urbanização, segundo Kalache, são as duas principais tendências demográficas do século 21. O Brasil, segundo ele, é um modelo adequado para se observar essa realidade.

“Somos um país emergente já urbanizado, que envelhecerá mais do que qualquer outro. Mas temos que fazer nossa própria discussão sobre o envelhecimento. Os modelos do Japão, da Dinamarca ou da França não nos interessam. Esses países enriqueceram primeiro, depois envelheceram. Não teremos essa oportunidade. Se imitarmos esses modelos, vamos apenas perpetuar a desigualdade”, disse.

No Brasil, segundo Kalache, a população de mais de 60 anos passou de 8% para 12% nos últimos 30 anos. Na França, foram necessários 115 anos para que a proporção de idosos passasse de 7% para 14%.

“Por outro lado, a concentração urbana também foi vertiginosa no Brasil. Um terço da população vivia em cidades em 1945 e hoje essa proporção passou para 87%. Vamos precisar mudar a realidade do idoso no contexto urbano - e para isso é fundamental ouvi-lo e fazê-lo contar como é a experiência de ser idoso na cidade”, afirmou.

Kalache foi responsável pela publicação, em 2007, do Guia da OMS das Cidades Amigas dos Idosos, produzido com base em pesquisas em 35 cidades em todo o mundo, fundamentadas em entrevistas com grupos focais de idosos durante seis meses.

Uma das experiências do programa foi feita no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro, onde Kalache nasceu. Em 33 anos na Europa, o pesquisador fundou o Departamento de Epidemiologia do Envelhecimento da Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres, no Reino Unido. Hoje, trabalha na criação de um Centro Internacional de Políticas para o Envelhecimento.

Questão pública

Guita Debert, que integra a coordenação da área de Ciências Humanas e Sociais da FAPESP e coordena o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da Unicamp, destacou que trabalhar com a velhice representa um enorme desafio, já que a questão passou por muitas modificações recentes.

Um dos principais panos de fundo dessa mudança é que a velhice, que historicamente dizia respeito à esfera privada, vem se tornando cada vez mais uma questão pública.

“A velhice passou a fazer parte da geografia social, por assim dizer. À medida que a gerontologia se consolidou como saber específico, criado para identificar necessidades do idoso, ela se tornou um ator político e também um agente do mercado de consumo”, afirmou.

Inicialmente focada na ideia do idoso como um indivíduo que perde os papéis que tem na sociedade, a gerontologia passou a mudar seu enfoque a partir da década de 1980.

“Em vez de um momento de perdas, a velhice passou a ser considerada um momento de lazer, de novas experiências e projetos. A velhice foi deixando de ter o sentido de uma perda do papel na sociedade e se tornou o momento de direito ao não-trabalho, na qual o lazer se torna central.”

Segundo Guita, o Brasil adquiriu know-how e sofisticação nas opções de lazer e atividades para os idosos. Mas isso se limita aos “jovens idosos”, isto é, aquela parcela que preserva sua autonomia funcional. “Há um grande contraste. Para os idosos que têm a autonomia funcional comprometida, estamos em estágio precário, não oferecemos nada”, afirmou.

Para integrar o idoso à cidade, segundo a pesquisadora, não basta levar em conta apenas a diversidade de poder aquisitivo, raça e local de moradia, entre outros fatores. É necessário também pensar nas diferenças de autonomia e capacidade.

“É preciso avaliar sobretudo as diferenças de custos de políticas públicas para os idosos ‘jovens’ e para os outros. É hipocrisia dizer que existe uma política para idosos, se ela só está beneficiando justamente a parcela que tem menos dificuldades. São boas iniciativas, mas têm foco apenas em uma parcela privilegiada dos idosos”, disse.

A antropóloga destacou também que as mudanças ocorridas no espaço urbano recentemente podem permitir um aprimoramento da autonomia do idoso. “Devemos fugir da confusão entre morar só e estar submetido à solidão. Principalmente porque hoje é possível operar com a ideia da intimidade a distância, viabilizada pelos meios de comunicação, sobretudo eletrônicos. E isso pode ocorrer até mesmo fora das relações familiares.”

Segundo ela, a gerontologia ainda valoriza profundamente a ideia de manter o idoso junto à família, fechado no universo privado. “É importante rever essa ideia, quando pensamos na cidade que acolhe o idoso”, afirmou.

Estudos realizados em ciências sociais, em especial na antropologia, mostram que se tinha pouca informação sobre a vida do idoso há 100 ou 200 anos, segundo Guita. Ainda assim, é provável, segundo ela, que a vida no seio da família tenha sido a preferência do idoso apenas quando ele não tinha a opção de ser autônomo.

A antropóloga sugeriu também que seja repensada a oposição entre integração e segregação. Segundo ela, os trabalhos sobre envelhecimento não confirmam a ideia de que a integração com sociedade multigeracional garante o bem-estar do idoso.

“Muitas vezes, nos ambientes onde todos são idosos, a velhice deixa de ser uma marca identitária e a satisfação passa a ser maior. Há uma busca de independência e de estar entre os iguais, de forma similar aos adolescentes. É importante não ter uma visão binária de segregação e integração”, afirmou.

A preservação da vida na comunidade é outra ideia predominante no senso comum, segundo Guita. Para preservar a qualidade de vida do idoso, nessa concepção, o indivíduo deveria permanecer sempre na mesma casa, ou bairro.

“Mas isso nem sempre é verdade, porque a dinâmica urbana é muito intensa. Os bairros podem passar por rápidos processos de degradação. Ou podem passar por um súbito enriquecimento, fazendo com que os antigos moradores desapareçam. Nesses casos, as perdas da coletividade estão muito presentes. A ideia de que a comunidade é sempre boa e deve permanecer deve ser revista”, disse.

A pesquisadora destacou também a importância de se dar voz aos idosos. “Essa já é uma ideia muito presente, mas é preciso valorizar a pluralidade de vozes. Não se pode ouvir representantes, mas os

protagonistas, em toda sua diversidade. É preciso que haja vozes dissonantes”, disse.

Guita criticou ainda as políticas públicas brasileiras em relação ao novo papel assumido pela família quanto à responsabilidade pelo idoso. “Há uma hipocrisia nas políticas de distribuição de renda que têm enfoque familiar. Elas concentram as responsabilidades na família e, em especial nas mulheres, que acabam assumindo essas obrigações”, afirmou.

Fonte: Agência FAPESP, por Fábio de Castro